

# CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS

---

## UM MAS CONTRASTIVO

Vinícius Massad Castro\*

### Introdução

Neste artigo apresento uma análise do operador argumentativo *mas* no enunciado *O modo de seleção dessa universidade não é bom: Pedro foi aprovado mas João foi reprovado* através do aparato descritivo-explicativo da Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002). Minha análise contradiz a análise de Carel (2002) para esse mesmo operador nesse mesmo enunciado desenvolvida dentro do quadro teórico da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Para a autora, o *mas* é contrastivo por articular argumentações internas conversas. Segundo minha análise, o *mas* é contrastivo por estabelecer restrições argumentativas diferentes em relação aos enunciados por ele articulado fazendo com que o primeiro enunciado fique mais aberto ao trabalho polissêmico do que o segundo.

### 1. A análise de Carel (2002)

Na TBS, quando um enunciado apresenta uma argumentação interna<sup>1</sup> transgressiva, argumentação do tipo **A No Entanto** (*pourtant* em francês) **Não-B** ou **Não-A No Entanto** (*pourtant* em francês) **B<sup>2</sup>**, e um outro enunciado apresenta uma argumentação interna normativa, argumentação do tipo **Não-A Então** (*donc* em francês) **B** ou **Não-A Então** (*donc* em francês) **Não-B<sup>3</sup>**, pode-se dizer que eles estão em relação de conversão. Ou seja, “(...) dois enunciados serão ditos conversos se suas argumentações internas são conversas” (Carel, 2002, p.37). A fim de ilustrar a relação de conversão que pode existir entre as argumentações internas dos enunciados, Carel (2002, p.37-40) propõe descrever o emprego de *mas* no enunciado (1) abaixo:

- (1) O modo de seleção dessa universidade não é bom: Pedro foi aprovado mas João foi reprovado

Segundo a autora, em (1), “certos autores vêm aí um *mas* “contrastivo”” (id., p.37). Uma descrição contrastiva de *mas* para esses autores, segundo Carel, seria aquela em que, no caso de (1),

O sujeito gramatical de *Pedro foi aprovado* teria por função referir a um indivíduo, e a predicação atribuiria a esse indivíduo a propriedade, designada pelo predicado, de ter tido êxito. Do mesmo modo, o segmento *João foi reprovado* atribuiria a um indivíduo a propriedade de ter fracassado e o *mas* assinalaria, então, um simples contraste entre o êxito e o fracasso (id., p.37-38).

Esta, no entanto, não é a descrição que Carel fará, pois

A meu ver, tal descrição não parece suficiente porque ela torna incompreensível o fato de que o discurso tomado como exemplo categorize Pedro e João da mesma maneira. Trata-se de dois estudantes inteligentes, ou talvez somente esforçados, em todo caso, de dois estudantes que, segundo o locutor, deveriam ter êxito em um sistema de seleção normal – o que eu resumirei dizendo que se trata de dois bons estudantes (id., p.38).

Para explicar como Pedro e João podem ser ambos considerados bons estudantes, Carel diz que (1) conteria (2) abaixo:

(2) O modo de seleção dessa universidade não é bom: João foi reprovado

Do contrário, se a ordem dos segmentos ligados por *mas* em (1) fosse invertido (*o modo de seleção dessa universidade não é bom: João foi reprovado mas Pedro foi aprovado*), Pedro e João deveriam ser considerados maus estudantes. Isso porque a ordem dos segmentos conectados por *mas* influenciaria nos sentidos dos sujeitos desses segmentos:

Assim, apontarei inicialmente que, invertendo-se a ordem dos segmentos no exemplo de base, o discurso resultante, *o modo de*

*seleção dessa universidade não é bom: João foi reprovado mas Pedro foi aprovado* faz de Pedro e de João maus estudantes. A ordem dos enunciados ligados por *mas* tem uma influência sobre a categorização dos sujeitos. Inspirando-me nos trabalhos de Anscombe e Ducrot, explicitarei essa divergência dizendo que os discursos em *mas* põem em relevo seus segundos segmentos em detrimento de seus primeiros segmentos. É o segmento *João foi reprovado*, e só esse segmento, que o exemplo de base liga ao *modo de seleção dessa universidade não é bom* – ao passo que seria *Pedro foi aprovado* que o discurso inverso ligaria (id., p.38).

Considerado assim, a autora diz que não vê em (2) uma argumentação como veriam Anscombe e Ducrot na ANL, pois a reprovação de João não lhe parece um efeito da “anormalidade” da universidade, mas antes, uma atualização dela:

Que João tenha sido reprovado não me parece dever ser um efeito da anormalidade da universidade. Antes direi que isso constitui a anormalidade da universidade, isso é uma manifestação direta dela, uma atualização (id., p.38).

Prova disso, segundo ela, é que se hesita entre reconstruir (2) como *o modo de seleção dessa universidade não é bom, então, João foi reprovado* ou, inversamente, *João foi reprovado, então, o modo de seleção dessa universidade não é bom*. Esse fato mostraria que a conjunção ausente em (2) não é ENTÃO (donc), mas sim, segundo Carel, a conjunção *por exemplo*, o que a leva a afirmar que (1), na verdade, contém (3):

(3) O modo de seleção dessa universidade não é bom: por exemplo, João foi reprovado

Carel (2002) se pergunta então como descrever (3). Segundo ela, os segmentos de (3) estariam numa relação de explicitação: “eles condensam uma mesma argumentação e sua relação é da ordem da sinonímia” (id., p.39). Qual seria, portanto, a argumentação em

comum entre *o modo de seleção dessa universidade não é bom e por exemplo, João foi reprovado?*

Carel (2002) afirma que, por um lado, *o modo de seleção dessa universidade não é bom* pode condensar, sem considerar a sua relação com o enunciado *João foi reprovado*, duas argumentações:

- (a) É um bom estudante, NE, foi reprovado (a faculdade é difícil demais)
- (b) É um bom estudante, NE, foi aprovado (a faculdade é fácil demais)

E que, por outro lado, “por um elo argumentativo entre seu sujeito e seu predicado, *João foi reprovado* pode condensar, de acordo com o que se sabe de João, somente uma das argumentações seguintes” (id., p.39):

- (c) É um bom estudante, NE, foi reprovado
- (d) É um mau estudante, ET, foi reprovado

Sendo assim, para Carel, a argumentação em comum entre os segmentos de (3) seria *É um bom estudante, NE, foi reprovado*. E, por causa dessa argumentação em comum entre os segmentos de (3), segundo a autora, “se é conduzido a associar a palavra *João* à qualificação de bom estudante (e a interpretar *o modo de seleção dessa universidade não é bom* por a faculdade é difícil)” (id., p.40).

Resta agora para Carel explicar:

(...) por que o discurso (5) [(1) aqui], em *mas*, faz também de Pedro um bom estudante. Tirarei desta vez partido do fato de que o exemplo apresenta o êxito de Pedro como oposto ao fracasso de João. Porque o fracasso de João, como se viu, não tem outro sentido que não seja o de manifestar a anormalidade da faculdade: é a faculdade, e não o futuro de João, que constitui o propósito do locutor (id., p.40).

Haveria, então, um paralelo: se o segmento *João foi reprovado* funciona como uma explicitação da anormalidade da universidade, *Pedro foi aprovado* seria uma manifestação do contrário: *o modo de*

*seleção dessa universidade é bom*. E assim, *Pedro foi aprovado* e *o modo de seleção dessa universidade é bom* teriam em comum a argumentação interna *É um bom estudante, então foi aprovado*, o que possibilitaria relacionar Pedro à qualificação de bom estudante. Daí Carel (2002) acreditar que *o modo de seleção dessa universidade não é bom* e o *mas* em (1) possibilitam a interpretação de *Pedro foi aprovado* e *João foi reprovado* por (e) e (f) respectivamente:

- (e) Pedro é bom estudante, ET foi aprovado
- (f) João é bom estudante, NE foi reprovado

As argumentações (e) e (f) seriam as argumentações internas articuladas pelo *mas* de (1). Haveria entre elas uma relação de conversão, pois se trata de argumentações conversas: (e) é uma argumentação interna normativa e (f) é uma argumentação interna transgressiva. Assim, segundo Carel (id., p.40): “O “contraste” que geralmente se entende ver notificado por esse tipo de *mas* é aqui, mais precisamente, uma relação de conversão”.

Por fim, Carel termina sua análise dizendo na nota de rodapé número 10 que

Para mim, todos os empregos de *mas* ligando duas proposições cujos predicados são antitéticos supõem uma mesma categorização de seus sujeitos. Além disso, essa categorização tem condições específicas. Não basta saber que Pedro e João são dois seres humanos, ou duas pessoas altas, para compreender o diálogo “Então, quais são as novidades? – Pedro passou, mas João reprovou”. A categorização deve estar “em relação” com o êxito e o fracasso. Ora qual é essa relação? Ela está, para mim, sempre ligada às capacidades argumentativas de *ter êxito* e de *fracassar*. Mas de modos eventualmente diferentes: certos *mas* considerados como “contrastivos” não são, admito, inteiramente análogos passo a passo àquele que eu acabo de estudar (id., p.40).

Resumindo: em (1), *O modo de seleção dessa universidade não é bom: Pedro foi aprovado mas João foi reprovado*, temos um *mas* que, segundo Carel (2002), para alguns autores, pode receber uma

descrição contrastiva. Tal descrição seria aquela em que o sujeito gramatical representado pelo nome *Pedro* faria referência a um indivíduo e a este seria atribuído, pela predicação *foi aprovado*, a propriedade de ter tido êxito. Da mesma maneira, o sujeito gramatical representado pelo nome *João* faria referência a um indivíduo ao qual seria atribuído, pela predicação *foi reprovado*, a propriedade de ter fracassado. O *mas* marcaria assim um contraste entre o êxito e o fracasso.

A partir da descrição contrastiva desses autores, Pedro e João em (1) seriam significados de maneiras diferentes, nas palavras de Carel, seriam *categorizados* de maneira diferente: o primeiro como um mau estudante e o segundo como um bom estudante. Uma paráfrase possível para (1) a partir dessa descrição seria a seguinte: *Pedro é um mau estudante, mas, como o modo de seleção dessa universidade não é bom, ele foi aprovado e, João, que é um bom estudante, foi reprovado.*

Para Carel (2002), no entanto, a descrição acima “não parece suficiente porque não levando precisamente em conta sujeitos gramaticais, ela torna incompreensível o fato de que o discurso tomado como exemplo categorize Pedro e João da mesma maneira” (id., p.38). O contraste atribuído ao *mas* em (1) deve, portanto, ser indicado entre aspas (como aparece no último trecho citado acima), pois esse contraste não está relacionado ao fato do operador conectar qualidades antagônicas de Pedro e João enquanto estudantes.

Para o locutor de (1), de acordo com Carel, Pedro e João são ambos bons estudantes. O contraste que se atribui ao *mas* em (1) seria então característico das argumentações internas aos enunciados que esse operador põe em relação: Pedro é bom estudante, ET foi aprovado e João é um bom estudante, NE foi reprovado. Uma relação de conversão de acordo com Carel, pois trata-se respectivamente de uma argumentação interna normativa e de uma argumentação interna transgressiva funcionando em um mesmo discurso. Posto assim, Carel (2002) pode afirmar ao final de sua análise que para ela “todos os empregos de *mas* ligando duas proposições cujos predicados são antitéticos supõem uma mesma categorização de seus sujeitos” (id.; ib.).

A seguir, vamos analisar o *mas* de (1) dentro do quadro teórico da Semântica do Acontecimento, tal como proposta por Guimarães

(2002). Essa análise nos permitirá mostrar que os sentidos produzidos para Pedro e João em (1) podem ser tanto o de que ambos são bons estudantes, como assume Carel (2002), ou o de que Pedro é um mau estudante e João um bom estudante, sentidos esses assumidos pelos autores de descrição contrastiva do *mas*, aos quais a análise de Carel (2002) se contrapõe.

## 2. A análise de (1) a partir da Semântica do Acontecimento

Para a Semântica do Acontecimento, proposta por Guimarães (2002), as línguas funcionam em espaços de enunciação como acontecimentos enunciativos. Guimarães define o conceito de espaço de enunciação da seguinte maneira:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político (...) (id., p.18).

Dizer que o espaço de enunciação é um espaço *constituído pela equivocidade própria do acontecimento* é considerar que as línguas que o constituem funcionam pela possibilidade de que o sentido sempre pode ser outro. Seja pelas diferentes afirmações de pertencimento dos sujeitos em relação aos objetos de dizer, seja pelas relações entre línguas que se põem no dizer, seja ainda pela filiação interdiscursiva a diferentes posições-sujeito. Um enunciado ou uma relação entre enunciados está sujeita às restrições e aberturas da língua, mas também às restrições e aberturas da enunciação. Assim, um mesmo enunciado inscrito no espaço de enunciação de uma língua nacional, como o francês, ou o português, nos quais o ‘mas’ está sendo considerado, vai estar sujeito à ordem da língua, que não é imutável ou tampouco unívoca.

Isso permite considerar a polissemia como fundamento da linguagem. Orlandi (2000, p.36), por exemplo vai considerar que

“todo funcionamento de linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos”. Os primeiros seriam os processos pelos quais em todo dizer algo do dizível se mantém; trata-se das possíveis diferentes formulações para um sentido determinado, já sedimentado e estabilizado. Os segundos diriam respeito aos possíveis deslocamentos que um dizer pode produzir ao romper com os sentidos já estabilizados, produzindo assim sentidos outros.

De acordo com Guimarães (2002, p.12) a enunciação é um acontecimento na medida em que produz diferença em sua própria ordem. Essa diferença é a temporalidade que ela instala. O acontecimento enunciativo se constitui por meio dessa temporalidade: ao instalar um presente do dizer, recorta um passado e abre um futuro próprio. Esse passado é chamado memorável enquanto se temporaliza na forma de rememorações de enunciações históricas, inscritas no interdiscurso<sup>4</sup>, que permitem ao dizer instalar um presente. O futuro não tem um nome específico, mas é compreendido enquanto latência de futuro ou futuridade, enquanto se temporaliza como as interpretações possíveis que todo dizer, ao presentificar-se, projeta sobre si mesmo.

Para Oliveira (2006), a polissemia funciona nas diferentes temporalizações que podem constituir as definições lexicográficas da palavra *cidadania* nos dicionários de seu corpus<sup>5</sup>. A polissemia seria assim parte constitutiva do acontecimento tal como a autora explica abaixo:

É nas diferentes temporalizações, nos diferentes agenciamentos enunciativos que a polissemia funciona nas definições lexicográficas que veremos mais adiante. Assim, ela é parte constitutiva do acontecimento, ainda que muitas vezes o efeito de transparência da linguagem nos dê a ilusão de que ela é desfeita na enunciação (id., ib.)

No que tange as análises deste artigo, bastará compreender a polissemia como a possibilidade de sentidos outros trabalharem sobre um acontecimento de linguagem na medida em que a temporalidade do acontecimento é polissemicamente constituída e essa constituição se dá em um espaço de enunciação, espaço *constituído pela*

*equivocidade própria do acontecimento.* Na análise do *mas* em (1) vou procurar mostrar como a polissemia da temporalização do acontecimento, no que tange a relação entre o memorável e a abertura de interpretações possíveis, vai afetar diferentemente os enunciados articulados por esse operador devido as restrições argumentativas que ele estabelece. Nessa análise considerarei (1) um enunciado que pode potencialmente integrar diferentes textos partindo da afirmação de que “não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto” (Guimarães, 2002, p.7).

Será, portanto, na possibilidade de (1) *O modo de seleção dessa universidade não é bom: Pedro foi aprovado mas João foi reprovado* se integrar a diferentes textos que tratarei (1) enquanto um acontecimento enunciativo que relaciona argumentativamente os enunciados (a) e (b) abaixo:

- (a) O modo de seleção dessa universidade não é bom
- (b) Pedro foi aprovado mas João foi reprovado

O acontecimento enunciativo de (a) e (b) em (1) pode recortar como memorável várias rememorações de enunciações que abrem uma forma de interpretá-lo. Na medida em que o memorável se relaciona com formas de interpretação, ele pode ser considerado como uma orientação argumentativa, pois

A orientação argumentativa estabelece como interpretar um enunciado. O que deve ser interpretado como argumento para, e o que deve ser interpretado como conclusão de tal argumento, e de modo a indicar que o futuro do texto se interpreta como relacionado com a conclusão. Ou seja, a orientação argumentativa estabelece como interpretar o futuro do texto. (...) (Guimarães, 1995, p.80-81).

A orientação argumentativa estabelece assim a relação argumentativa entre (a) e (b) em (1) e indica uma forma de interpretação do futuro do texto.

Vamos assumir, então, que, em (1), o enunciado (b) funciona como argumento para a conclusão (a) cabendo explicar como (b) argumenta a favor de (a) e, ao mesmo tempo, nessa relação, abre (1) para

diferentes futuridades. Para tanto, consideraremos o funcionamento do operador argumentativo *mas* em (b) partindo do modo como Ducrot pensa o funcionamento desse operador.

Do mesmo modo, não se poderia compreender o papel da conjunção *mas*, se se diz somente que ela assinala a oposição de duas proposições que une. Por essa razão, propusemos descrever *A mas B* como “A, você tende a tirar de A uma certa conclusão *r*; você não deve fazê-lo, pois B, tão verdadeiro quanto A, sugere a conclusão *não-r*” (Ducrot, 1981, p.179).

Essa explicação de Ducrot foi feita pensando em enunciados do tipo “José não foi bem sucedido no vestibular, mas ele é um dos alunos mais brilhantes que conheço”. “José não foi bem sucedido no vestibular” orientaria para uma possível conclusão do tipo “José não é um bom aluno” e o enunciado “mas ele é um dos alunos mais brilhantes que conheço” orientaria para uma conclusão contrária: “José é um bom aluno”, indicando que não se deve concluir a partir da orientação do primeiro enunciado.

A explicação de Ducrot (1981) acima mostra que os enunciados ligados por *mas* apontam para conclusões diferentes. Isso implica para os autores a desigualdade de forças argumentativas entre os enunciados articulados por *mas* uma vez que é a conclusão do segundo enunciado que prevalece:

a coordenação por *mas* indica que o segundo argumento, orientado no sentido inverso do primeiro, deve ser considerado como mais determinante (id., p.189).

A partir de Ducrot (1981) o *mas* em “José não foi bem sucedido...” poderia ser considerado contrastivo por articular enunciados de orientações conclusivas opostas que não tem a mesma força argumentativa: o segundo enunciado seria mais determinante para sustentar a conclusão do que o primeiro. Mas os autores não fazem essa consideração.

Retornando agora ao enunciado (1) (a) *O modo de seleção dessa universidade não é bom*: (b) *Pedro foi aprovado mas João foi reprovado*. Vamos explicar como (b) funciona como argumento para

(a) pensando nos possíveis sentidos para Pedro e João que poderiam servir como futuridade a partir do modo como ele é orientado argumentativamente e de acordo com o funcionamento do *mas* descrito por Ducrot e Anscombe acima.

Do modo como Ducrot e explica o *mas*, nos interessa o fato de que os enunciados articulados pelo operador não tem a mesma força argumentativa (o segundo enunciado é mais determinante para a conclusão do que o primeiro). Quanto ao fato de seus enunciados indicarem orientações argumentativas opostas, vamos pensar essas orientações como os sentidos possíveis, não necessariamente opostos, que podem constituir uma futuridade para o texto a partir da orientação argumentativa constituída pelo memorável.

Para a análise de (1), vamos trazer o memorável que explica que o modo de seleção de uma universidade não é bom a partir da qualidade de estudante dos sujeitos participantes da seleção. Esse memorável pode ser representado de duas formas: o modo de seleção de uma universidade não é bom porque um bom estudante foi reprovado; o modo de seleção de uma universidade não é bom porque um mau estudante foi aprovado. Para nós, esse memorável constituirá a orientação argumentativa de todo o enunciado (1). A partir dele pensaremos a futuridade do texto, mostrando como (b) de (1) funciona como um argumento para (a) de (1).

Feitas essas considerações, não seria equivocado assumir que “Pedro foi aprovado mas João foi reprovado” em (b) de (1) significaria *Pedro é um mau estudante e João é um bom estudante*. Significados assim, o enunciado (b) cumpre as restrições argumentativas sobre as quais está funcionando. O segundo enunciado “João foi reprovado” é mais determinante para argumentar a favor de (a) “O modo de seleção dessa universidade não é bom” e (b) segue a orientação argumentativa do memorável que indicamos acima. Uma paráfrase de (1) nesse caso seria a seguinte: o modo de seleção dessa universidade não é bom porque Pedro, que é um mau estudante, foi aprovado e João, que é um bom estudante, foi reprovado.

“Pedro foi aprovado mas João foi reprovado” em (b) de (1), poderia significar ainda que *Pedro é um bom estudante e João é um bom estudante*. Essa significação de Pedro, porém, não vai de encontro com a orientação argumentativa de (1). Enquanto bom estudante, “Pedro foi aprovado” apontaria para o sentido de que o

modo de seleção da universidade é bom (pois aprovou um bom estudante). Mas não é isso o que acontece. Não devemos nos esquecer que “Pedro foi aprovado” funciona em (b) de (1) articulado pelo *mas* a “João foi reprovado”, é essa articulação que funciona como argumento para (a) e não cada enunciado de (b) separadamente. Nessa medida, formam um enunciado e podem, juntos, argumentar para conclusões. No caso de (1), uma dessas conclusões já está formulada em (a), “O modo de seleção dessa universidade não é bom”. Enquanto articulado a “João foi reprovado”, é junto com ele que “Pedro foi aprovado” significa.

Seja Pedro um mau estudante e João um bom estudante em (b), o modo de seleção da universidade não é bom porque ao invés de aprovar o bom estudante e reprovar o mau estudante, fez o contrário. Seja Pedro e João ambos bons estudantes, o modo de seleção da universidade não é bom porque não aprova todos aqueles que esperava-se ver aprovados. Portanto, seja bom ou mau estudante “Pedro foi aprovado” argumenta no sentido de que o modo de seleção da universidade não é bom.

Como então sustentar o sentido de bom e mau estudante para “Pedro foi reprovado” em (1)?

Enquanto primeiro argumento articulado pelo *mas*, “Pedro foi aprovado” não sofre as mesmas restrições argumentativas que o segundo enunciado, “João foi reprovado”, sofre. Nesse lugar, esse enunciado está mais aberto para o trabalho polissêmico. Isso no entanto não prejudica a compreensão de (1) pois é o modo como o segundo enunciado significa que é mais determinante para sustentar a conclusão.

Veja que se tivéssemos o contrário: “O modo de seleção dessa universidade é bom: Pedro foi aprovado mas João foi reprovado” não poderíamos sustentar que “João foi reprovado” significa que *João é um bom estudante*. Nesse caso, teríamos *João é um mau estudante* e não haveria outra possibilidade de sentido quanto a sua qualidade de estudante. Do contrário, surgiria um estranhamento em dizer que “O modo de seleção dessa universidade é bom”. Já para “Pedro foi aprovado” ainda assim poderíamos ter os sentidos de bom e mau estudante.

Essa análise nos leva a questionar como os efeitos de sentido do trabalho polissêmico sobre o primeiro enunciado articulado pelo *mas*

afetam o texto. Seja qual for o sentido que se estabilize para esse enunciado, ele, ao lado do segundo, aponta para conclusões possíveis e delinea sentidos específicos para o texto. Uma dessas conclusões, no caso de (1), por exemplo, é a que está formulada no enunciado (a) “O modo de seleção dessa universidade não é bom”.

Como mostramos, seja Pedro um mau estudante e João um bom estudante em (b), o modo de seleção da universidade é considerado ruim (não é bom) porque ao invés de aprovar o bom estudante e reprovar o mau estudante, fez o contrário. Seja Pedro e João ambos bons estudantes, o modo de seleção da universidade é ruim (não é bom) porque não aprovou todos aqueles por quem se esperava pela aprovação. Veja que nos dois casos, os sentidos de ruim para a seleção não são os mesmos. No primeiro caso, ela é ruim porque aprovou quem supostamente não deveria ser aprovado; no segundo caso, ela é ruim porque não aprovou todos que supostamente deveriam ser aprovados.

Seja Pedro um bom/mau estudante e João um bom estudante em (1) O modo de seleção dessa universidade não é bom: Pedro foi aprovado mas João foi reprovado. Uma das outras conclusões para qual agora (1) como um todo poderia apontar é a de que, por exemplo, a universidade é muito injusta: ou porque em seu processo seletivo ruim um bom estudante foi reprovado e um mau estudante foi aprovado, ou porque nem todos os bons estudantes foram aprovados. Veja que nesses casos, os sentidos de injustiça são afetados pelos sentidos de (b) assim como acontece com ruim acima. No primeiro caso, a universidade é injusta porque o mau estudante que se esperava não ser aprovado, foi aprovado, e o bom estudante que se esperava ser aprovado, foi reprovado. No segundo caso, a universidade é injusta não porque aquele que se esperava ser reprovado foi aprovado, mas porque nem todos que se esperava ver aprovados foram aprovados.

Tendo feito essas considerações, nos resta explicar se em (1) temos um *mas* contrastivo ou não.

Na medida em que, ao articular dois enunciados diferentes, o *mas* faz do segundo mais determinante que o primeiro para sustentar uma conclusão (tal como afirma Ducrot, 1981), já há aí um sentido de contraste. O *mas* em (1) é contrastivo pelo fato de que ao articular enunciados desestabiliza a força argumentativa entre eles; o segundo enunciado, “João foi reprovado”, tem uma força argumentativa maior

do que o primeiro, “Pedro foi aprovado”, para sustentar a conclusão (a) “O modo de seleção...”, ou outras conclusões que sejam formuladas. O efeito disso é a abertura de um espaço maior para o trabalho polissêmico sobre o primeiro enunciado que, ao lado do segundo, permite abrir o enunciado (b) para certas conclusões e delinear sentidos específicos para o texto ao qual se integrará. Haveria aí então outra razão para considerarmos o *mas* em (1) contrastivo: o modo como as forças argumentativas são organizadas por ele faz do primeiro enunciado mais aberto ao trabalho polissêmico do que o segundo. Em (1), Pedro pode ter um sentido tanto positivo quanto negativo de estudante (bom/mau estudante), enquanto “João” somente positivo (bom estudante).

### 3. Considerações finais

Procurei aqui apresentar uma análise do funcionamento argumentativo do *mas* no enunciado (1) diferente da análise feita por Carel (2002) e dos autores que fazem uma descrição contrastiva do *mas* mencionados por ela. Minha análise difere dos dois primeiramente porque mostrei que Pedro pode ser significado tanto como bom ou mau estudante, enquanto que, para Carel (2002), Pedro e João só podem ser bons estudantes e, para os “autores contrastivos”, Pedro é um mau estudante e João um bom estudante. Esse resultado de minha análise põe em cheque a afirmação de Carel (2002, p.40) de que “todos os empregos de *mas* ligando duas proposições cujos predicados são antitéticos supõem uma mesma categorização de seus sujeitos”.

Essa dupla possibilidade de sentidos para Pedro é possível na medida em que ele aparece como primeiro enunciado articulado pelo *mas*. Nesse lugar, sua força argumentativa não é tão determinante quanto a do segundo enunciado “João foi reprovado” para sustentar a conclusão em (a). Isso faz com que o segundo enunciado esteja mais aberto ao trabalho polissêmico do que o primeiro, aí a possibilidade de Pedro ser significado tanto quanto bom ou mau estudante. É nessa medida que posso considerar o *mas* como contrastivo: o primeiro enunciado articulado pelo operador está mais exposto ao trabalho polissêmico do que o primeiro. Aqui portanto outro ponto de distanciamento em relação à análise de Carel (2002) e dos “autores contrastivos”. Para a primeira, o *mas* é contrastivo porque articula

argumentações internas conversas. Para os últimos, o operador é contrastivo porque assinalaria um contraste entre o êxito e o fracasso a partir dos predicados “ser aprovado” e “ser reprovado” respectivamente.

Outro ponto de diferença que, acredito, é importante ressaltar, esse mais especificamente em relação à Carel (2002), foi o modo de tratamento de (1). Tratar (1) enquanto um enunciado que pode integrar textos me permitiu pensar o funcionamento dos enunciados de (b) de forma articulada e em relação argumentativa ao enunciado (a). Carel (2002) analisa os enunciados de (b) em relação à (a) separadamente, eles não argumentam conjuntamente, mas cada um estabelece uma argumentação própria (argumentações (e) e (f) no item 1). Isso, acredito, parece restringir que a autora trabalhe com outros sentidos possíveis para (1).

## Notas

\* Doutorando em Linguística no IEL/Unicamp.

<sup>1</sup> Na TBS trabalha-se com a ideia de que os enunciados condensam argumentações, essas seriam argumentações internas que podem ser transgressivas ou normativas (cf. Carel, 2002, p.29).

<sup>2</sup> A partir daqui iremos nos referir ao No Entanto (*pourtant* em francês) em argumentações internas transgressivas por meio da sigla NE.

<sup>3</sup> A partir daqui iremos nos referir ao Então (*donc* em francês) em argumentações internas normativas por meio da sigla ET.

<sup>4</sup> O interdiscurso é definido por Orlandi (1992, p.89) como o “conjunto do dizível, histórico e lingüísticamente definido”

<sup>5</sup> Em *Cidadania: história e política de uma palavra*, Oliveira (2006) procura compreender a história da palavra *cidadania* nos dicionário de língua portuguesa através da análise das definições lexicográficas dessa palavra.

## Referências bibliográficas

CAREL, M. (2002). “Argumentação interna aos enunciados”. Trad.: Leci Borges Barbisan. In: *Letras de Hoje*, v. 37, p.27-43. Porto Alegre: EDIPUCRS.

DUCROT, O. (1981). *Provar e dizer*. Trad.: Cidmar Teodoro Pais et. al. São Paulo: Global.

---

\_\_\_\_\_. (1984). *O dizer e o dito*. Trad.: Eduardo Guimarães et. al. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, E. (1995). *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes.

\_\_\_\_\_. (2002). *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes.

\_\_\_\_\_. (2009). “A Enumeração: funcionamento enunciativo e sentido”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº 51. Campinas: IEL/Unicamp.

OLIVEIRA, S. E. (2006). *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas: Pontes/RG Editores.

ORLANDI, E. P. (1992). *As Formas do Silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_. (2000). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.